



CRUZ, Marcelo Maldonado. Perigoso é... o sonho da razão. In: **Revista Épicas**. Ano 5, Número Especial 4, Março 2021, p. 156-161. ISSN 2527-080X. DOI: <http://dx.doi.org/10.47044/2527-080X.2021vE4>

PERIGOSO É... O SONHO DA RAZÃO
DANGEROUS IS... THE DREAM OF REASON

Marcelo Maldonado Cruz¹
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

RITA, Annabela & LEÃO, Isabel Ponce de [Coord.]. **Perigoso é... Volume II**. Coleção Perigoso é / nº 2. Lisboa: Edições Esgotadas, 2020.

Em 6 de fevereiro de 1799, o Diário de Madri publicava o curioso anúncio da venda de uma coleção de 80 estampas de “assuntos caprichosos”, gravada por Don Francisco Goya e destinada à “*censura de los errores y vicios humanos*”, dentre os quais o pintor selecionou aqueles cujos assuntos mais se adequavam ao ridículo, “*entre la multitud de extravagancias y desaciertos que son comunes en toda sociedad civil, y entre las preocupaciones y embustes vulgares, autorizados por la costumbre, la ignorancia o el interés*” (HELMAN, 1986, 48).

No texto – que ocupa mais de uma página do periódico, algo incomum para uma comunicação de mero caráter comercial –, muito provavelmente o próprio pintor faz uma breve defesa dos motivos que o levaram a

¹ Mestre em Linguística – Área de Concentração em Escrita Criativa – pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS (2017). Doutorando em Literatura Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, sob orientação do Prof. Dr. Godofredo de Oliveira Neto. Contato: maldonado.mm@gmail.com.

conceber tal obra, acrescentando-lhes a necessidade imperiosa de “expor aos olhos formas e atitudes que até o presente só existiam na mente humana, obscurecida e confundida pela falta de iluminação ou exaltada pela selvageria das paixões” (HELMAN, 1986, 48)². Ao raiar do século XIX, na Espanha governada por uma monarquia pseudoesclarecida, porém ainda submetida aos interesses políticos da Igreja, Goya pressentia estar se aventurando em terreno movediço, perigoso, ao abordar temas tão delicados. Por isso, procura ainda defender-se das possíveis identificações e/ou analogias com pessoas públicas, figuras ilustres que porventura vejam os próprios defeitos refletidos nas estampas, evocando o poder de síntese das artes visuais e antecipando-se em cerca de um século a Freud (que, por sua vez, certamente baseou-se na observação dos *modus operandi* artísticos) quanto à formulação do mecanismo de condensação dos sonhos, ao afirmar:

A pintura (como a poesia) escolhe no universal o que julga mais adequado para seus fins: reúne num único personagem fantástico circunstâncias e características que a natureza apresenta distribuídas em muitos, e, desta combinação engenhosamente arranjada, resulta aquela feliz imitação pela qual um bom artesão adquire o título de inventor e não de copiador servil (HELMAN, 1986, 49)³.

Não é preciso ir muito longe para desconfiar do pouco efeito que surtiu a tentativa, pois, não muito tempo após o lançamento da coleção, a loja de licores e perfumes que ficava ao rés do chão do nº 1 da *Calle del Desengaño* (em cujos andares superiores habitava o pintor) recebeu a visita de agentes da polícia e da Inquisição, que acabaram por exercer pressões para tirar de circulação a série que ficou conhecida como *Los Caprichos*.

Ler os artigos que compõem o segundo número da Coleção *Perigoso é...* de certa forma é como deitar olhos sobre algumas das estampas dos *Caprichos*, tal a correspondência que se pode estabelecer entre ambos os projetos, se se considerar como ponto de contato entre eles o desejo de promover uma consciência crítica a partir da proposição de textos/imagens que desvelem os perigos ocultos sob a propagação de determinados usos, costumes, discursos, mistificações das mais diversas. No caso do volume em pauta, o foco recai sobre a crise vivenciada pela cultura humanista, relegada a posições cada vez mais periféricas na ordem do dia da produção e socialização do conhecimento, no âmbito das comunidades, dos círculos escolares e acadêmicos.

As credenciais de Annabela Rita (Universidade de Lisboa) e Isabel Ponce de Leão (Universidade Fernando Pessoa, Porto) para levar a termo a coordenação desta empreitada não podiam ser mais pertinentes: ambas pesquisadoras contam com um capital intelectual (apenas para utilizar uma expressão que assumirá ao longo da presente resenha um significado expressivo) que se origina na investigação das literaturas lusófonas (tanto canônicas quanto em suas expressões contemporâneas) e se estende a diversificados campos do saber, com os quais estabelece relações e diálogos: Artes Visuais, Música, Estudos Culturais e Interartes, Jornalismo, Educação e Ciências. Não à toa, transmitem ao conceitual que define a coleção a mesma característica multidisciplinar com que orientam seus trabalhos, no que resulta neste instigante exercício dialético.

² Tradução nossa.

³ Idem.

Em *Perigoso é... Volume II*, a crise das Humanidades é associada ao predomínio do “politicamente correto”, a nova *doxa* que as mantém subordinadas a juízos cujos critérios, replicados viralmente, antes de promover a informação e a consciencialização, fomentam uma alienação agressiva, tornam desacreditadas instituições, regimes políticos, valores morais e éticos e põem sob suspeita métodos de geração de saberes. Direito, Filosofia, História, Teologia, Psicologia, Estudos Políticos, Ciência da Informação, Ciência e Tecnologia, Comunicação e Artes, Zoologia, Educação e, obviamente, Literatura fornecem as *epistemes* às quais esta nova *doxa* e seus perigosos indexadores serão contrapostos, a partir das análises de doze especialistas das áreas em questão.

Na história dos “porquês”, cujo percurso o médico Amadeu Prado de Lacerda evoca em seu artigo, ou seja, no decorrer do longo processo em que o homem, em sucessivas manobras de tentativa e erro, exercitou o “ousar saber” horaciano retomado por Kant (1995) e se serviu do próprio entendimento como eixo paradigmático de produção de pensamento, Humanidades e Ciências mantiveram entre si um íntimo contato (e um contrato) que, a despeito dos métodos com que orientaram suas indagações, produziu em concurso comum de esforços todo o repositório de conhecimento sobre o qual os seres constituíram seus modos de ser, estar, raciocinar, agir e de se relacionar, tanto entre si quanto com os elementos da natureza. Desta relação nasceu e vingou a cultura como extraordinária capacidade de instrumentalização dos recursos naturais a serviço da ampliação das faculdades físicas do ser humano e do alcance da intervenção no espaço à sua volta. Fornecida pela cultura, a técnica evoluiu até desaguar na *teknè* grega e, já na Idade Moderna, na tecnologia, representada pelo famoso axioma de Hobbes (1983), *scientia potentia est*.

Este contrato, no entanto, rompeu-se no momento em que, no século XX, o fabuloso desenvolvimento do aparato tecnológico permitiu às Ciências tomar a dianteira na tarefa de responder a muitos dos enigmas que por séculos intrigaram o homem. A crise das Humanidades associa-se à incômoda encruzilhada em que se encontra a pós-modernidade, época em que a utopia de uma conjuntura regulada pelos princípios democráticos em articulação harmônica com as fantasias da sociedade de consumo resultou no triunfo do liberalismo, “cedendo lugar, para além do exercício da indiferença, a um estado surdo de revolta, travestido de raiva, vontade de prejudicar o outro” (LINS, 2020, 24). No coração deste divórcio, o sujeito da pós-modernidade, o *homo economicus*, em vez de valer-se da racionalidade, de todo o conhecimento herdado e adquirido, resvala em perigosos sucedâneos como os “da cobiça transformada em valor positivo, do consumismo nem sempre possível e sempre desejado, do exercício da vida cada vez mais desvalorizado, da supervalorização dos objetos, da cultura do egoísmo e da assunção de que o outro é menos um semelhante e mais um adversário” (LINS, 2020, 27).

Ao evocar o papel fundamental das Humanidades e das Artes no exame desses descaminhos, voltemos aos *Caprichos*. À maneira do que fariam outros artistas depois dele – permito-me lembrar Álvares de Azevedo e o famoso prefácio à segunda parte da *Lira dos vinte anos*: “Cuidado, leitor, ao voltar esta página! Aqui dissipa-se o mundo visionário e platônico. (...) É que a unidade deste livro funda-se numa binomia: (...) verdadeira medalha

de duas faces” (AZEVEDO, 1996, 119) –, Goya estrutura os *Caprichos* em duas partes, dividindo-as mais ou menos meio a meio e utilizando como marcadores para tal duas estampas: as de números 1 e 43, respectivamente. O capricho de nº 1 é um autorretrato do pintor e traz o seguinte comentário: “Verdadero retrato suyo, de mal humor y gesto satírico”. Esta é a chave de interpretação para as estampas de números 2 a 42, nos quais Goya satiriza os agentes sociais e seus convencionalismos: as relações pautadas por vaidades e aparências, as artimanhas da sedução, os casamentos por conveniência, a ociosidade da nobreza, a corrupção do clero, a exploração dos camponeses e o exercício do poder por indivíduos destituídos de qualquer legitimidade. Estamos sob o regime diurno da razão, por assim dizer, em que todas as críticas submetem-se ao seu crivo e são por ela ordenadas.

O capricho 43, entretanto, anuncia uma mudança. Sob o título de “O sonho da razão produz monstros” (*El sueño de la razón produce monstruos*), apresenta um homem (possivelmente outro autorretrato) adormecido por sobre uma escrivaninha, tendo detrás de si uma hoste ameaçadora de figuras aladas (corujas e morcegos). Curiosa, aqui, é a dimensão que adquire a palavra *sueño*, já que, em espanhol, pode tanto significar “sono” quanto “sonho” e, portanto, permite uma dupla interpretação. Lida como “sono”, equivale a dizer que, ao afrouxar a vigilância, a razão permite que os monstros surjam das sombras, sendo necessário que desperte e os afugente. Há uma separação nítida entre as duas instâncias, sendo os monstros algo exterior (estranho, estrangeiro) à razão.

Mas, se a palavra significa “sonho”, então é a própria razão que, quando funciona em regime noturno, produz monstros. Aqui, a condenação desses personagens é muito menos nítida: a razão fabrica ideias claras mas também pesadelos, e o pintor se propõe a ampliar o campo do conhecimento mostrando-nos o conteúdo deles. A razão está ausente do sono, está envolvida no sonho (TODOROV, 2014, 80).

A partir daí, Goya mergulha a fundo no regime noturno da razão, em que a lógica e a capacidade de julgar incorporam distorções que conduzem progressivamente à perda total do sentido, ao *monde à l'envers*. Bruxas, duendes, aparições fantasmagóricas, súcubos levitantes e seus rituais macabros representam a dissolução das fronteiras entre as dicotomias (dia/noite, saúde/doença, divino/diabólico etc) e o quão interpenetráveis podem ser razão e desrazão. A fealdade dessas visões e sua homologia com personagens, atitudes e situações cotidianas franqueiam o acesso a dimensões insuspeitas que já não mais se localizam no sobrenatural extrínseco ao homem, mas que habitam sua própria mente. “Assim é que Goya abandona o cenário tranquilizador onde se mantêm os ‘esclarecidos’, e que lhes permite criticar os outros, e passa para o lado dos homens comuns, cuja mente é invadida por essas imagens inquietantes” (TODOROV, 2014, 88).

Contaminado pelo *sonho da razão*, o senso comum surge assediado por monstros para, por contiguidade, adquirir ele próprio características formidáveis. O discurso político pode tomar a forma de uma dessas aberrações, como chama atenção em seu texto Aidil Soares Navarro, quando procura persuadir seus interlocutores a partir de estratégias retórico-argumentativas cuja lógica deturpada visa à construção de uma

identidade autoritária e desconectada da prática de valores éticos e morais. Mais adiante, Cláudia Toriz Ramos expande as perspectivas acerca das armadilhas que se ocultam em diversos aspectos constitutivos da democracia representativa, tais como o voto, a ágora, as instituições, as maiorias, as decisões, os resultados e a liberdade. Como espaço de debate e, portanto, *locus* por excelência do senso comum, a ágora converte-se no lugar do discurso, do convencimento e, pois, da demagogia, tornando-se palco para lutas acirradas e para os mais estapafúrdios expedientes de manipulação de opiniões.

Na pós-modernidade, com a transformação operada pelos novos recursos de comunicação midiática, o advento da tecnologia da Internet, das redes sociais e dos famigerados algoritmos, a “nova ágora” transfere-se do espaço físico para o virtual. José Brissos-Lino adverte sobre os “monstros” da Internet no que se refere à propagação de conteúdos cada vez mais tóxicos como ideologias de ódio, contrafações de verdades históricas, amplificação e divulgação de notícias falsas, perversões de toda ordem. Nesta nova praça pública, o politicamente correto assume caráter de policiamento e em seu nome são realizados verdadeiros linchamentos. A esse respeito, Paulo Ferreira da Cunha exerce uma contundente crítica às causas particularistas, cujas perspectivas alienantes interferem drasticamente na matriz pluralista do Estado de direito democrático e promovem um regime punitivista, calcado tanto em táticas de assédio social e cultural quanto num terrorismo midiático e político.

Claro está que, em meio a este panorama, as instituições acadêmicas sucumbem ao persistir no projeto humboldtiano inerente à *Bildung*, que previa a formação de um indivíduo legítimo, constituído por uma tríade:

(...) ou melhor, por uma aspiração simultaneamente tríplice e unitária: “a de tudo fazer derivar de um princípio original”, à qual corresponde a atividade científica; “a de tudo referir a um ideal”, que governa a prática ética e social; “a de reunir este princípio e este ideal em uma única Ideia”, assegurando que a pesquisa das verdadeiras causas na ciência não pode deixar de coincidir com a persecução de justos fins na vida moral e política (LYOTARD: 1988, p. 60).

Forçadas a produzir montanhas de relatórios e dados estatísticos para cumprir metas e garantir os subsídios que as sustentam, as universidades simplesmente não mais dão conta de realizar sua tarefa: a de dar livre curso ao pensamento para além de esquemas pré-concebidos, silogismos ou meras funcionalidades mecânicas. Num contexto de extrema burocratização e dependência dos mercados, o capital intelectual gerado pelas instituições de ensino superior perdeu consideravelmente seu valor, o que fez com que as academias se fechassem intramuros e fossem gradualmente alijadas das esferas sobre cuja responsabilidade recaía a formação da opinião pública, tendo esta última se mantido quase que única e exclusivamente à mercê da influência dos meios de comunicação de massa.

Como uma das possíveis consequências deste alheamento, Carla Sofia Gomes Xavier Luís observa o subaproveitamento das potencialidades da língua portuguesa, relegada a idioma periférico, que, no entanto, dada a comunidade de falantes que congrega, poderia alcançar projeção internacional não apenas nas artes, no

cinema, mas, sobretudo, na ciência, em especial no âmbito da publicação de periódicos e da produção de conteúdo científico, atuando como língua franca das Humanidades. Na mesma seara, Estela Guedes relata sua experiência no contato com pesquisadores do campo de Zoologia pouco ou quase nada preparados para a exegese de textos antigos e fundamentais da área, que, por este motivo, simplesmente desconsideram dados e perpetuam enganos em suas pesquisas. Seu testemunho corrobora as reflexões apresentadas por Guilherme d’Oliveira Martins, para quem as Humanidades “relacionam saberes básicos que, por sua vez, pressupõem competências, com instrumentos para compreender e produzir textos de diversa índole, com património escrito pelas gerações que nos antecederam e com a tomada de consciência da dignidade e das limitações próprias da humanidade” (MARTINS, 2020, 149).

Mesmo quando abordam temas bastante específicos, como em relação ao caso descrito por Alexandre António da Costa Luís, cuja análise demonstra o quanto historicamente Portugal se beneficiou de sua associação com o mar e como este precioso vínculo foi relegado a um plano quase que inexistente desde que se optou pela integração à Comunidade Europeia, em fins dos anos 1980, os trabalhos reunidos em *Perigoso é... Volume II* apontam para o imprescindível exercício do diálogo não apenas entre diferentes ramos do conhecimento, mas entre as diferentes instâncias da sociedade, bem como entre as culturas e as nações, a fim de que o devido ajustamento de coexistências recupere o sentido humanista incrustado no cerne da cooperação entre as Ciências e as Humanidades.

Submetidos ao juízo crítico tanto das Humanidades quanto das Artes, tal como havia demonstrado Goya há mais de dois séculos, os monstros oriundos do *sonho da razão* ficam-se destituídos de seus poderes e máscaras, podendo ser compreendidos e, por fim, domesticados.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Álvares de. **Lira dos vinte anos**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GOYA, Francisco de. **Los caprichos**. New York: Dover Publications, 1969.

HELMAN, Edith. **Trasmundo de Goya**. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Série Os Pensadores. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua e outros opúsculos**. São Paulo: Edições 70, 1995.

LINS, Ronaldo Lima. **Nos rastros do golpe**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MARTINS, Guilherme d’Oliveira. Perigoso é... Não cuidar realmente das Humanidades. In: RITA, Annabela & LEÃO, Isabel Ponce de [Coord.]. **Perigoso é... Volume II**. Coleção Perigoso é / nº 2. Lisboa: Edições Esgotadas, 2020.

TODOROV, Tzvetan. **Goya à sombra das luzes**. Tradução de Joana Angélica d’Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.